

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 111.ª Sessão Ordinária
Realizada em 2 de Agosto de 1971 — 2.ª - Feira

Presidência do sr. deputado Antônio Costa, secretariada pelos srs. deputados Rosário Pitelli e Domicio Scaramella.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1971.

Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielso Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Antônio Maciel, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsini, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Marclano Baraniuk, Maurício Fruet, Mugiaty Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima (35); achando-se ausentes os srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, Borsari Neto, David Federmarin, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, Paulo Camargo, Wilson Brândão e Xenofonte Villanueva (12).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer um voto de profundo pesar pelo falecimento, nesta Capital, da excelentíssima senhora Damazina Bittencourt Macedo, esposa do dr. Raul de Azevedo Macedo.

A extinta era pessoa de vasto círculo de amizades e tradicional família paranaense.

Pede o signatário que da decisão da Casa seja dado conhecimento à família enlutada, à Rua Angelo Sampalo, 3.000, e ao seu filho dr. Cássio Bittencourt Macedo, à Rua Padre Anchieta 1.220.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1971.

(a) — **Gilberto Carvalho**

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições e na forma regimental,

R E Q U E R

se consigne na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo

pesar pelo falecimento do dr. Francisco Carvalho Filho, ocorrido no último sábado, dia 31, em Mandaguari, vítima de lamentável acidente de automóvel.

O dr. Francisco Carvalho Filho era Promotor Público da Comarca de Mandaguari e membro de tradicional família paranaense, que tem como chefe o sr. Francisco Carvalho, atual Cartorário daquela cidade.

Ainda muito jovem, já despontava, no entanto, como um dos mais valerosos e eficientes membros do Ministério Público do nosso Estado, merecendo sua inteligência e cultura, tendo, por isso, o seu trágico e prematuro falecimento repercutido intensa e profundamente, tanto na sociedade local como na classe a que pertencia.

Requer-se, outrossim, que se dê conhecimento do presente requerimento à ilustre família enlutada, enviando-se-lhe, através de mensagem telegráfica, as condolências do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 2.8.71.

(a) — Erondy Silvério

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja transcrito em Ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. Luiz Losso Filho, ocorrido em nossa Capital em data de ontem.

Da manifestação do Plenário, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1971.

(a) — Antônio Costa

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos, voto de profundo pesar pelo falecimento da sra. Gilka B. Rüppel, esposa do Conselheiro do Tribunal de Contas e ex-deputado Antônio Ferreira Rüppel. Requer, ainda, que da decisão da Casa faça-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1971.

(a) — Erondy Silvério

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, na forma regimental, consigne-se na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de louvor ao senhor Esmail Baptista de Souza, diretor Regional no Paraná, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, pela implantação dos carros-coletores em subúrbios e bairros de Curitiba, a exemplo de outras capitais brasileiras. As mini-agências da Empresa vão melhorar em muito o atendimento postal a áreas distantes da cidade, com a finalidade de proporcionar um melhor atendimento ao público.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1971.

(a) — Gabriel Manoel

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, que se consigne em Ata um voto de congratulações ao Coritiba F.C., que acaba de se sagrar campeão paranaense de 1971, e deverá representar nosso Estado no Campeonato Nacional de Futebol.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1971.

(a) — Erondy Silvério

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao ilustríssimo senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná, contendo apêlo no sentido de que seja estudada a possibilidade da instalação de uma Agência dêsse estabelecimento de crédito no progressista município de Bituruna.

Justifica-se plenamente a pretensão formulada, em virtude da arrecadação mensal do ICM ser superior a Cr\$ 130.000,00, tratando-se de uma região eminentemente industrial e agrícola, cujo desenvolvimento crescente já se faz sentir, não podendo, desta forma prescindir de tão importante evento.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1971.

(a) — Domicílio Scaramella

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 14-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica revogada a Resolução n.º 3, de 22 de janeiro de 1963, publicada no Diário Oficial n.º 265, de 26 de janeiro de 1963.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de agosto de 1971.

(a) — Quilse Crisóstome

JUSTIFICATIVA:

A Resolução que com esta se pretende revogar, autoriza a realização de plebiscito em região do Município de Palmas, para a possível anexação da mesma ao município de Bituruna. A data dessa autorização é de 1963, não tendo sido até agora realizado o plebiscito. Nestas condições (e em face da vigência do Ato Complementar n.º 46, que estabelece que qualquer alteração territorial em Municípios só poderá ser feita com autorização prévia do sr. Presidente da República, a Resolução n.º 3, de 1963, perdeu o seu objetivo e oportunidade.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente e srs. Deputados.

Novamente o assunto Refinaria. É hoje apenas um reparo às afirmativas do sr. Governador de Santa Catarina, Colombo Salles, que disse à imprensa nacional que o Pôrto de São Francisco, tecnicamente, é superior aos demais portos do Sul do País. Evidentemente ele refere-se ao Pôrto de Paranaguá, porque a Refinaria está em termos de Santa Catarina ou Paraná, já que o Rio Grande do Sul tem uma, que é a de Alberto Pasqualini.

E para que nós possamos repletar as afirmativas do sr. Colombo Salles, afirmamos aqui, nesta Tribuna, sr. Presidente e srs. Deputados, que o Pôrto de São Francisco tem um calado apenas de 8 metros. O de Paranaguá tem hoje um calado de 10 metros, e num futuro não remoto, 14 metros; consequentemente, as condições técnicas do nosso Pôrto são superiores aos do Pôrto de São Francisco.

O nosso Pôrto é melhor como bacia de evolução, é melhor tecnicamente. O nosso Estado tem um potencial econômico dez vezes superior ao de Santa Catarina; não consumimos mais petróleo, está provado; e além do mais, eu entendo que esta luta não é minha, não é dos srs. Deputados, não é do sr. Governador do Estado, é do Paraná todo. Temos que somar os nossos esforços no sentido de que, por mais árdua que seja a luta, por mais

incessante que sejam os nossos propositos em defesa do que temos direito, que é a implantação de uma Refinaria no Estado do Paraná, seja no litoral, no planalto ou em qualquer lugar, contanto que seja no Paraná.

E a Refinaria que pretendemos instalar no Estado do Paraná, srs. Deputados, será mais importante do que eu entendia, do que eu imaginava, pois que ela será implantada nos moldes da Refinaria de Cubatão; ela irá abrigar nada menos, não de sete mil e quinhentos ou oito mil operários, como os srs. imaginavam em princípio, seriam vinte e cinco mil operários. Uma barbaridade. Seria a redenção econômica, eu repito, do Estado do Paraná. E nós voltaremos à Tribuna com dados técnicos que estamos coligando, srs. Deputados, para provarmos que o Paraná conseguirá, não por questões de favoritismo ou de favor. Nós temos que mendigar, exigindo um direito que nos assiste: a Refinaria no Estado do Paraná.

E este assunto foi, está sendo, e continuará sendo abordado por nós, da Tribuna, enquanto a Petrobrás não se definir se são especulações ou não, ou enquanto o Jornal "O Estado do Paraná" noticiar. A verdade é que um telegrama da TRANSPRESS disse que a Refinaria seria em Santa Catarina, e no dia seguinte os jornais desmentiram que o telegrama carecia de fundamentos que não procedia. Nós estamos de sobreaviso, estamos como uma sentinela avançada na defesa intransigente de um assunto que, como disse numa entrevista, não depende de intempéries, não está sujeito a caruncho, a geada, enfim, economicamente para o Paraná, é de uma importância tão vital quanto a sua própria sobrevivência. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

(Assume a Presidência o sr. deputado Gilberto Carvalho).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Mauricio Fruet.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, srs. Deputados:

Toda a sociedade paranaense, particularmente cada um dos que compõem esta Assembléia Legislativa do Estado, foi abalada com a notícia sobremaneira triste e constrangedora que atingiu a um irmão, a um companheiro, a um colega nosso desta Casa. Referimo-nos ao estúpido e bárbaro assassinato do dr. Luiz Losso Filho, filho do dr. Luiz Losso e dona Maria Cavallin Losso; era formado em contabilidade, em educação física e em Direito; era um moço que vinha cumprindo uma trajetória brilhantíssima no Poder Judiciário Brasileiro, iniciando suas atividades como Juiz Substituto em Curitiba, posteriormente as funções de Entrância Especial em Jaguariaiva, e atualmente vinha exercendo as funções de Entrância Intermediária em Francisco Beltrão e Loanda.

Esse acontecimento foi lamentável sob todos os aspectos, e esta Casa já se pronunciou oficialmente, há poucos instantes, ao aprovar requerimento, por unanimidade, levando seu pesar e tristeza à família enlutada.

O fato chocou a população curitibana, a qual vem sendo alarmada com acontecimentos policiais criminais os mais lamentáveis. Há três meses, aproximadamente, fatos diferentes e bárbaros vêm sendo cometidos, crimes hediondos vêm sendo praticados nesta cidade sem que, infelizmente, tenha nossa Polícia condições necessárias para enfrentar aos marginais e criminosos.

De forma alguma queremos, agora, desta Tribuna, responsabilizar as autoridades ou quem quer que seja pelos fatos que estão ocorrendo, ultimamente, em Curitiba. Mas, a verdade é que a nossa Polícia Civil de há muito está desaparelhada para enfrentar os criminosos. Enquanto os ladrões e assassinos trafegam em veículos último tipo, enquanto os ladrões e assassinos portam as mais modernas armas, a Polícia além de ser obrigada a se locomover em veículos sem condições, muitas vezes não tem verba para comprar combustível.

Por isto, desta Tribuna, fazemos um apelo a S. Exa. o sr. Governador, para que dê condições à Polícia Civil e à Polícia Militar, a fim de que as

duas unidas possam trabalhar na Capital e em todo o Paraná contra o crime e contra os criminosos.

Sabemos e louvamos a iniciativa da Polícia que, dentro de dez dias, irá colocar um sistema de prevenção em todos os bairros de Curitiba. Louvo esta medida, e nos parabenizamos com ela, porém, não é apenas este fato que resolverá o problema. É necessário que em nossa Capital se ofereça melhores condições às nossas Delegacias especializadas que, infelizmente, não têm o equipamento e aparelhamento necessário para fazer frente aos crimes.

Fica portanto nosso apêlo, repetindo, sem responsabilizar ninguém da atual administração, mas simplesmente fazendo um apêlo a S. Exa. o sr. Governador do Estado, e a S. Exa. o sr. Secretário de Segurança, no sentido de que urgentes medidas sejam adotadas neste sentido. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Armando Queiroz.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Aqui me encontro, falando não só em meu nome, como também em nome da bancada da ARENA neste recinto. Queremos manifestar toda a tristeza que atingiu família das mais notáveis, das mais expressivas de nosso Estado, qual seja, a do sr. Luiz Losso. Queremos estender o nosso pesar não só ao chefe desta família, como também ao nosso companheiro de Bancada, deputado estadual Igo Iwant Losso.

Ao assumir esta Tribuna, queremos que fique constando nos Anais da Casa esta manifestação que, repito, não é só minha, mas de toda a Bancada, em virtude de laços de íntima amizade com o deputado Igo Losso. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais nenhum orador inscrito para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Nelson Buffara, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Há um ano atrás, isto é, no dia quatro de agosto de 1970, estávamos aqui nesta Tribuna para reivindicar o que entendíamos, e o que entendemos ainda mais do que justo para uma grande parcela de servidores públicos do Estado, perto de quinze mil, que são os faturados, os contratados.

Estes funcionários estão inteiramente desagregados do quadro de funcionários do Estado do Paraná, sem recolher previdência social no INPS ou no IPE. São os marginais do quadro de funcionários públicos do Estado.

Pedi, naquela ocasião, ao Governador de então, que criasse um quadro auxiliar para que nêle pudessem ser abrigados estes quase que 15 mil funcionários, alguns deles portanto quase que dez anos de serviço.

Consubstanciando o que estamos afirmando na Tribuna, redigimos um expediente que, se aprovado pelos srs. Deputados, será encaminhado ao sr. Governador do Estado.

É o seguinte: (Lendo):

“O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, vem nestes e nos melhores termos de fato e de direito, reiterar as considerações expostas no requerimento de sua autoria, aprovado em 4.8.70, para dizer que:

Considerando que o amparo coberto pela Lei n.º 6041, de 19.11.69 e o Decreto 17773, de 29.9.69, não concedeu aos que prestam serviço público eventual direito algum, eis que a verba para tal fim destinada, muito embora justa, não teve o mérito de equipará-los aos demais servidores protegidos por Lei específica;

Considerando que outras categorias então existentes de servidores mar-

ginalizados face à legislação própria, foram integrados ao Quadro Único de Pessoal do Estado;

Considerando mais, que o elevado número de servidores desta ordem, têm situação de caráter precário, contando, em sua maioria, com mais de 10 anos de serviços avulsos prestados ao Estado, sem as vantagens e os direitos próprios do funcionalismo em geral;

Considerando que, estatutária ou legalmente não existe qualquer vínculo de emprego entre estes trabalhadores e o Estado, tendo em vista a destinação da verba orçamentária, para satisfação de contra-prestação por trabalhos eventuais e não aquela Verba própria de "Pessoal";

Considerando, finalmente, o dever do Poder Público em conferir ao "Pessoal Faturado", que tantos e tão relevantes serviços vem prestando ao Estado uma situação de equidade destes com os demais servidores, cumprindo-se assim, os princípios gerais do Direito:

REITERA as considerações do requerimento de sua autoria, aprovado em 4.8.70, seja este requerimento encaminhado ao excelentíssimo senhor Governador do Estado, solicitando haja por bem o Chefe do Poder Executivo, determinar no sentido de ser criado o Quadro de Pessoal Auxiliar no Serviço Público Estadual, para o desempenho de funções suplementares, com os mesmos direitos, vantagens, garantias, deveres e obrigações dos demais funcionários públicos, devendo o aproveitamento recair aos servidores que, até então, executem trabalhos de natureza eventual e percebam por dotação não específica de "Pessoal", até que, em data oportuna, sejam definitivamente integrados no Quadro Próprio do Pessoal Civil do Estado". Ou mesmo, se entender o sr. Governador do Estado, na CLT dê condições a esses funcionários, que são quase 15 mil; luta que iniciamos há um ano atrás e continuaremos até que se faça justiça a esses funcionários que estão abandonados pelo Poder Público.

Muito obrigado, sr. Presidente, srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

(Assume a Presidência o sr. deputado Rosário Pitelli).

O SR. PRESIDENTE — Está livre a palavra no Grande Expediente. (Pausa).

Concedo a palavra ao sr. deputado Gilberto Carvalho, no Grande Expediente.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, srs. Deputados:

Faço uso da palavra no Grande Expediente, pois me encontrava na Presidência quando falava desta Tribuna o nobre deputado Nelson Buffara, que pretendia apartear, para prestar-lhe alguns esclarecimentos a respeito do pedido encaminhado a S. Exa. o sr. Governador do Estado.

Sr. Presidente, srs. Deputados, quero informar a S. Exa. que é bastante justo esse pedido que foi feito há poucos instantes; mas posso informar que, na semana passada, levei a S. Exa. o sr. Governador do Estado esse fato, e em especial o das 5.600 serventes que se encontram em situação irregular; não são funcionárias, não têm contrato. As informações que recebi é de que existe uma comissão organizada para estudo da situação desses funcionários, para que sejam encaixados como funcionários, ou na CLT. Pretendia também fazer um pronunciamento referente a este mesmo assunto, mas quando tomei conhecimento pessoalmente, conversando com S. Exa. o sr. Governador do Estado e tive conhecimento da comissão organizada para solucionar este caso, deixei de fazê-lo.

O sr. Nelson Buffara — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quero apenas apartear-lo para que fique registrado nos Anais a nossa satisfação pela notícia que V. Exa. traz a esta Casa, que muito me interessa, de que há uma Comissão estudando a solução da situação desses funcionários, que poderá ser através de CLT, o que é uma redundância, o importante é que estes funcionários fiquem abrigados, e não marginalizados perante a Lei.

E assim, V. Exa. leve ao sr. Governador do Estado o meu agradecimento, uma vez que já tomamos, no passado, nesta Assembléa, uma iniciativa nesse sentido, mas não fomos atendidos. E como o Governador atual está se mostrando justo e ponderado, conforme afirmação de V. Exa., desejo cumprimentá-lo pela iniciativa que tomou para, através do sistema de CLT, dar melhores condições a esses funcionários públicos que, como afirmei, eram párias, marginais dentro do Quadro do funcionalismo público estadual.

Desejo que essa iniciativa de V. Exa. se torne realidade, para gaudío e satisfação de todos esses funcionários que sempre defendemos e continuaremos a defender.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço o aparte do eminente deputado Nelson Buffara. Principalmente porque tomamos conhecimento de que existem funcionários com mais de cinco anos de serviços, que não tinham direito à assistência.

Eram estas as informações que desejava trazer à Casa, dizendo que V. Exa., deputado Nelson Buffara, teve uma feliz idéia quando encaminhou este pedido de informações, que deu uma oportunidade para que seja dada uma solução para o problema desses funcionários do Estado.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 35 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria do sr. deputado Quielise Crisóstomo, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da sra. Damazina Bittencourt Macedo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Costa, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Luiz Losso Filho. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de louvor ao sr. Esmail Baptista de Souza, pela implantação dos carros coletores em subúrbios e bairros de Curitiba, a exemplo de outras capitais brasileiras. — Aprovado.

O SR. ERONDY SILVERIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, peço que fique consignado em Ata dos trabalhos, meu voto contrário a esse requerimento.

Jamais votarei voto de louvor a um homem que vive oprimindo seus funcionários. Já denunciei, nesta Casa, a ação do Diretor dos Correios e Telégrafos, Secção do Paraná, sua ação política em favor de determinado candidato, terminando com pressão violentíssima contra aqueles que não seguiam sua orientação. Inclusive, conseguiu transferir para Mato Grosso um servidor daquele Departamento, num gesto de vingança pessoal.

Já denunciei ao Ministro das Telecomunicações a ação daquele cidadão, portanto, jamais poderia aprovar um voto de louvor em favor de um homem que não sabe se comportar à altura da dignidade de um cargo público.

O SR. PRESIDENTE — Será consignada em Ata a observação de V. Exa.

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silverio, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da sra. Gilka B. Rüppel. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silverio, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Coritiba F.C., que acaba de sagrar campeão paranaense de 1971. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Francisco Carvalho Filho. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado Expediente ao sr. Governador do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Domicio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado officio ao sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de que seja estudada a possibilidade da instalação de uma Agência desse estabelecimento de crédito no Município de Bituruna. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, convocando outra para amanhã, dia 3, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 33-70;

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 165-70;

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 249-70, 21-71, 33-71, 89-71.

Levanta-se a Sessão.